

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.868 - PR (2016/0053608-4)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA E OUTRO(S) - RS061655
EMBARGADO : ALCEU GONÇALVES CORDEIRO
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
ELSO CARDOSO BITENCOURT - PR013957
MARIO MARCONDES NASCIMENTO - SC007701
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
EMBARGADO : CACILDA DE JESUS DA CRUZ
EMBARGADO : CATARINA SENKIO DOS SANTOS
EMBARGADO : HELENA CIRINA REIS
EMBARGADO : HELENA RIBEIRO
EMBARGADO : IVONE KOLESKA
EMBARGADO : JOAQUIM SILVEIRA
EMBARGADO : JOSEFA LESTCHCHEN GOMES
EMBARGADO : JUVITA LOCHE SCHAFF
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
ELSO CARDOSO BITENCOURT - PR013957
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
EMBARGADO : JOAQUIM RAUL CAETANO PINTO
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
ELSO CARDOSO BITENCOURT - PR013957
SANDRO RAFAEL BONATTO E OUTRO(S) - PR022788
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : ROSÂNGELA DIAS GUERREIRO - RJ048812
ALICE SCHWAMBACH - RS030224
CÉSAR AUGUSTO DE FRANÇA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Sul América Companhia Nacional de Seguros** contra decisão que determinou o retorno dos autos à origem e respectivo sobrestamento do feito em razão do reconhecimento de repercussão geral de temática abordada no recurso especial da ora agravada (**Tema 1.011/STF**).

A parte embargante alega que a decisão foi omissa quanto à análise de informação e pedido expressamente trazidos na petição de fls. 3.026 e seguintes, segundo a qual, em razão da sentença proferida pela instância ordinária, houve perda do objeto do recurso interposto.

Impugnação às fls. 3.071/3.073.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

A partir do julgamento do **AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC**, a Primeira Turma chancelou a orientação de que, "*podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte*". (Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 8/6/2017, DJe 28/6/2017).

Nesse contexto, convém destacar que, mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos e de repercussão geral deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob os respectivos ritos.

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, conclui-se que, a partir da afetação do tema pelo STF e em observância à efetividade processual, a competência do STJ passa a ser inaugurada somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela que será firmada no *leading case*, cf. disposto no art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

É por essa razão que eventuais requerimentos e discussões relativas à perda de objeto da contenda devem ser dirigidos à Corte *a qua*, sob pena de supressão de instâncias.

Ante o exposto, **rejeito** os aclaratórios.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA

Relator

